

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Este documento é a primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao projeto básico e ao termo de referência a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação. "Art. 5°, Inciso XX, da Lei 14.133/2021".

O Objeto deste Estudo Técnico Preliminar é a: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS DIVERSOS, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO PARA CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL.

1.DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição de brinquedos diversos, destinados à distribuição para crianças em situação de vulnerabilidade social, é uma iniciativa essencial para atender às demandas de inclusão e proteção social promovidas pela Secretaria Municipal do Trabalho e Inclusão Social. Tratase de uma ação estratégica que visa suprir uma lacuna identificada na garantia de direitos fundamentais das crianças, como o acesso a experiências de lazer e convivência que contribuem para seu desenvolvimento integral.

O contexto de vulnerabilidade social no município evidencia que muitas crianças não têm acesso a brinquedos ou atividades lúdicas, privando-as de vivências que são fundamentais para o estímulo de sua criatividade, interação social e bem-estar emocional. O período natalino, marcado pelo simbolismo de partilha e celebração, acentua essa necessidade, uma vez que muitas famílias enfrentam dificuldades financeiras que impossibilitam a aquisição de presentes, aumentando o sentimento de exclusão social.

Diante disso, a Secretaria Municipal do Trabalho e Inclusão Social identifica a distribuição de brinquedos como uma medida indispensável para proporcionar às crianças do município momentos de alegria e inclusão. Essa ação está alinhada às políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais, promovendo dignidade e contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Portanto, a aquisição de brinquedos é uma necessidade que vai além de atender a uma demanda sazonal, configurando-se como uma intervenção efetiva para minimizar os impactos da vulnerabilidade social e assegurar que todas as crianças tenham a oportunidade de vivenciar o espírito natalino de maneira igualitária e significativa.



2.PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de Monte Alegre, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6°, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

a) O prazo de entrega, do objeto deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação pelo responsável do almoxarifado da Secretaria Municipal de Trabalho Inclusão Social.

LOCAIS PARA ENTREGA

ITENS	LOCAL	HORARIO	ENDEREÇO			
01	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO INCLUSAO SOCIAL-SETRINS	08:00 as 12:00 14:00 as 18:00	RUA SETE DE SETEMBRO, 214, BAIRRO CIDADEALTA			

b) Os serviços deverão iniciar imediatamente após a Ordem de Início, emitida pela Secretaria Municipal de Trabalho Inclusão Social.-SETRINS. A contratação será realizada por meio de dispesa de licitação, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

3.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente Instrumento;
- II. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável

pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato:

V. - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

3.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



 I - Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos:

III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

 VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

3.3. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO

- O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - I Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III Dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motive justificado;



- VIII Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.3.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei as 14.133/2021, seguintes sanções:

- I Advertência;
- II Multa;
- III Impedimento de licitar e contratar;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II As peculiaridades do caso concreto;
- III As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

3.3.2. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) será de fundamental importância para o auxílio na elaboração do Termo de Referência para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE TRABALHO E INCLUSAO SOCIAL-SETRINS, DESTE MUNICIPIO.

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

- 5.1.1 Alternativas possíveis:
- 1) Aquisição Direta com Fornecedores Locais

A aquisição de brinquedos diversos pode ser realizada diretamente com fornecedores locais, como lojas especializadas, papelarias e estabelecimentos que oferecem brinquedos infantis. Essa alternativa permite maior controle sobre a qualidade dos produtos e possibilita a negociação de prazos e condições de pagamento, além de contribuir para a economia local.



2) Contratação de Empresas por Licitação

A realização de um processo licitatório para contratação de empresas especializadas é uma alternativa que assegura a ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa.

3) Doações ou Apoio de Iniciativas Privadas

Embora não configure aquisição direta, parcerias com empresas privadas ou organizações do terceiro setor podem viabilizar a obtenção de brinquedos por meio de doações ou condições especiais de fornecimento, complementando as iniciativas da Secretaria Municipal do Trabalho e Inclusão Social.

Após levantamento de mercado e sua análise, chega-se à conclusão de que a melhor solução técnica e econômica para o Município é a Solução 1) A aquisição de brinquedos diretamente com fornecedores locais. Essa alternativa permite maior controle sobre a qualidade dos produtos e possibilita a negociação de prazos e condições de pagamento, além de contribuir para a economia local.

Temos referências obtidas por meio de pesquisa de preço realizada junto às Empresas para a aquisição de Pão francês, torrada, MIX ELDORADO EIRELI-CNPJ: 28.039.435/0001-69, ROSEANE MARIA PINTO DA SILVA-CNPJ: 36.290.362/0001-01.JOAO A B FERREIRA-CNPJ: 83.581.959/0001-95. LUZENILDE CARVALHO DA SILVA 61686212291 CNPJ: 27.917.886/0001-99.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O detalhamento das quantidades estimadas, estão dispostos no quadro a seguir:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR MÉDIO	VALOR
01	476010	Brinquedo Em Geral Material: Vinil Tipo: Boneca Cor: Branca Dimensões: 30 CM Componentes: Vestido, Meia E Sapato Características Adicionais: Membros Articulados, Olhos Móveis, Cabelo	UNID	150	R\$ 16,35	2.452,50
02	619546	Bola Esportiva Material: Borracha Peso Cheia: 350 A 370 G Características Adicionais: Matrizada, Câmara De Butil, Tamanho 14 Circunferência: 65 A 67 CM	UNID	150	R\$ 10,50	1.575,00
03	486430	Jogo / Brinquedo Pedagógico Tipo: Cubo Mágico Profissional Material: Abs	UNID	100	R\$ 5,97	597,00



		Quantidade: Colorido 3x3x3. Tamanho: 56mm X 56mm X 56mm.M Caracteristicas Adicionais: Possui Parafusos Nas Peças Centrais Para Regulagem				
04	306598	Brinquedo Em Geral Material: Plástico Tipo: Carro Cor: Multicolor	UNID	200	R\$ 7,42	1.484,00
05	481750	Brinquedo Em Geral Material: Madeira Tipo: Jogo De Memória Componentes: Tabuleiro E 36 Peças Características Adicionais: Esferas Nas Pontas Das Peças	UNID	120	R\$ 24,50	2.940,00
06	604061	Brinquedo Em Geral Material: Cartonado/Papel-Cartão Tipo: Quebra-Cabeça Cor: Multicolor Componentes: 500 Peças	UNID	150	R\$ 12,47	1.870,50
	VALOR T	OTAL MÉDIO: DEZ MIL, NOVECENTOS E D	EZENO	VE REA	IS	R\$ 10.919,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para a aquisição de brinquedos diversos destina-se à implementação de um processo estruturado e eficiente, conduzido pela Secretaria Municipal do Trabalho e Inclusão Social, visando atender às necessidades de crianças em situação de vulnerabilidade social. Através de procedimentos administrativos claros, como cotação de preços ou licitação, será garantida a aquisição de brinquedos que atendam aos critérios de qualidade, segurança e diversidade, permitindo alcançar o maior número possível de crianças beneficiadas. Essa solução considera, ainda, o aproveitamento de recursos de forma transparente e a priorização de fornecedores que apresentem melhor relação custo-benefício.

Além disso, a distribuição dos brinquedos será realizada por meio de ações planejadas e alinhadas no município. Essas ações incluirão a identificação e priorização das famílias mais vulneráveis, assegurando que os recursos sejam direcionados de forma justa e equitativa. A solução integra os esforços da administração pública com o objetivo de proporcionar momentos de alegria às crianças atendidas, promovendo inclusão, fortalecimento de vínculos comunitários e o resgate do espírito natalino em uma perspectiva de cidadania e solidariedade.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.



A não realização do parcelamento na contratação da aquisição de brinquedos se justifica pela natureza da demanda e a urgência do projeto, especialmente considerando que a distribuição será realizada no período natalino. O objetivo é garantir que os brinquedos sejam entregues em tempo hábil, atendendo de forma eficaz as crianças em situação de vulnerabilidade social, dentro do prazo estabelecido para a realização da ação. O parcelamento poderia resultar em atrasos na entrega e na organização da distribuição, comprometendo o impacto e a eficiência da ação social.

Além disso, ao optar pela aquisição integral dos brinquedos em uma única contratação, a gestão pública assegura maior controle sobre a execução do processo, evitando possíveis descontinuidades no fornecimento e simplificando a logística de recebimento, conferência e distribuição dos itens. A contratação única também permite negociar melhores condições de pagamento, reduzindo custos administrativos e otimizando a utilização dos recursos públicos de forma mais transparente e eficiente.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

O principal resultado esperado é a promoção de inclusão social, oferecendo a essas crianças uma oportunidade de vivenciar o espírito natalino de maneira digna, contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Além disso, espera-se proporcionar momentos de alegria, afeto e lazer, fundamentais para o desenvolvimento emocional e social das crianças, favorecendo a construção de memórias afetivas positivas.

Outro resultado importante é o impacto na redução das desigualdades sociais, com a ação direta do poder público para garantir que todas as crianças, independentemente de sua condição socioeconômica, possam ter acesso a brinquedos, contribuindo para a minimização da exclusão social e a promoção de direitos fundamentais. A ação também visa reforçar a confiança da população nas políticas públicas locais, promovendo uma maior integração entre a administração pública e as famílias atendidas pelos programas sociais.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

Monte Alegre, 03 de dezembro de 2024

ILVA SILVA MOURA DE OLIVEIRA Matrícula nº 010117-6